



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016.

Avaliação do Resultado

No semestre findo em 30 de junho de 2017, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$8.730 milhões (2016 - R\$9.682 milhões). O Patrimônio Líquido atingiu R\$1.895 milhões (2016 - R\$1.752 milhões) e R\$11.487 milhões de Ativos (2016 - R\$12.336 milhões). O índice de Basileia em 30 de junho de 2017 foi de 17,93% (2016 - 15,38%).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit-EUA, o Banco GMAC S.A. possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos no que se refere a:

- Riscos de Crédito, busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito;
 - Riscos de Mercado, em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco;
 - Riscos Operacionais, em função da avaliação de novos produtos e operações, monitoramento contínuo de processos, definição de indicadores de riscos e mensuração quantitativa de perdas operacionais; e
 - Riscos de Liquidez, visa o acompanhamento e controle diário dos recursos disponíveis, seu descasamento de fluxos de ativos e passivos, e a capacidade da instituição de honrar suas obrigações.
- A estrutura de gerenciamento dos riscos encontra-se disponível em nosso portal www.chevroletf.com.br, e é distribuído ao público de relacionamento do Banco.

Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional.

São Paulo, 23 de agosto de 2017
A Administração

Balanços Patrimoniais

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
ATIVO		6.497.922	6.596.342
Circulante		10.021	15.182
Disponibilidades			
Aplicações interfinanceiras de liquidez		425.099	387.092
Aplicações no mercado aberto		425.099	387.092
Operações de crédito		5.388.932	5.666.531
Operações de crédito - setor privado		3.812.221	3.643.813
Operações de crédito - vinculadas a cessão		1.721.250	2.177.561
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(144.539)	(154.843)
Operações de arrendamento mercantil		(98)	(72)
Operações de arrendamento a receber - setor privado		4.651	93
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(4.651)	(79)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(98)	(86)
Outros créditos		625.955	457.243
Diversos	8	519.165	457.243
Títulos e créditos a receber	7a	107.856	-
(-) Provisão para operações de cessão de recebíveis de liquidação duvidosa	7h	(1.066)	-
Outros valores e bens		48.013	70.366
Bens não de uso próprio	9a	5.289	10.938
Despesas antecipadas	9b	42.724	59.428
Realizável a longo prazo		4.465.245	5.299.978
Títulos e valores mobiliários		134.439	196.792
Carteira própria	5b	134.439	196.792
Operações de crédito		2.995.018	3.758.132
Operações de crédito - setor privado		2.240.323	2.605.540
Operações de crédito - vinculadas a cessão		840.359	1.255.286
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(85.664)	(102.694)
Operações de arrendamento mercantil		(117)	(10)
Operações de arrendamento a receber - setor privado		5.548	13
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(5.548)	(11)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(117)	(12)
Outros créditos		1.319.499	1.289.681
Diversos	8	1.319.499	1.289.681
Outros valores e bens		16.406	55.383
Despesas antecipadas	9b	16.406	55.383
Permanente		523.386	440.164
Investimentos		503.179	427.191
Participações em controladas no país	10	503.179	427.191
Imobilizado de uso		11.694	9.750
Outras imobilizações de uso		18.648	15.749
(-) Depreciações acumuladas		(6.954)	(5.999)
Imobilizado de arrendamento		8.513	3.223
Bens arrendados	11	9.389	3.119
Superveniência de depreciação		218	2.803
(-) Depreciações acumuladas		(1.094)	(2.699)
TOTAL DO ATIVO		11.486.553	12.336.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2017	2016
PASSIVO		5.737.272	6.328.099
Circulante		2.719.620	2.352.195
Depósitos		935.159	1.461.726
Depósitos interfinanceiros	12	1.489.289	1.737.133
Depósitos a prazo		1.230.331	615.062
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		935.159	1.461.726
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	12	935.159	1.461.726
Outras obrigações		2.082.493	2.514.178
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8.750	5.703
Fiscais e previdenciárias	15	203.733	224.798
Diversas	14	1.870.010	2.283.677
Exigível a longo prazo		3.608.277	3.881.140
Depósitos		1.024.237	879.896
Depósitos interfinanceiros	12	476.655	354.271
Depósitos a prazo		547.582	525.625
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		775.041	873.262
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	12	775.041	873.262
Outras obrigações		1.808.999	2.127.982
Fiscais e previdenciárias	15	824.978	727.700
Diversas	14	984.021	1.400.282
Resultado de exercícios futuros		245.226	375.264
Resultado de exercícios futuros	17	245.226	375.264
Patrimônio líquido		1.895.778	1.751.981
Capital		1.688.282	1.454.438
De domiciliados no país	18	1.688.282	1.454.438
Reserva de lucros		207.496	297.543
	18	207.496	297.543

11.486.553 **12.336.484**

Demonstrações do Resultado

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2017	2016
Receitas de intermediação financeira		952.296	1.131.323
Operações de crédito	19	910.548	1.046.955
Operações de arrendamento mercantil		2.495	36.113
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	39.253	48.255
Despesas da intermediação financeira		(609.646)	(824.614)
Operações de captações no mercado	12a	(311.336)	(439.723)
Operações de arrendamento mercantil		(1.503)	(35.526)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros	7j	(201.358)	(242.470)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7g	(95.449)	(106.895)
Resultado bruto da intermediação financeira		342.650	306.709
Outras receitas (despesas) operacionais		(137.152)	(164.931)
Receitas de prestação de serviços		31.626	27.760
Rendas de tarifas bancárias	24	41.103	38.770
Despesas de pessoal	20	(48.885)	(50.758)
Outras despesas administrativas	21	(167.791)	(167.570)
Despesas tributárias	25	(28.168)	(24.131)
Resultado de equivalência patrimonial	10	40.599	26.637
Outras receitas operacionais	22	47.321	57.399
Outras despesas operacionais	23	(52.957)	(73.038)
Resultado operacional		205.498	141.778
Resultado não operacional		1.992	722
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		207.490	142.500
Imposto de renda e contribuições social		(76.046)	(46.890)
Provisão para imposto de renda corrente	13b	(13.941)	(23.319)
Provisão para contribuição social corrente	13b	(16.340)	(16.969)
Ativo fiscal diferido	13b	(45.765)	(6.602)
Participações estatutárias no lucro		(13.037)	(7.662)
Lucro líquido do semestre		118.407	87.948
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		103,74	77,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					
	Capital social	Aumento de capital	Legal	Outras	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.454.438	-	78.322	131.273	-	1.664.033
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	87.948	87.948
Destinação do lucro:						
Reservas de lucro	-	-	-	87.948	(87.948)	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 12 de julho de 2016 (nota 18c)	-	131.273	-	(131.273)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2016	1.454.438	131.273	78.322	87.948	-	1.751.981
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.585.711	-	89.089	102.571	-	1.777.371
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	118.407	118.407
Destinação do lucro:						
Reservas de lucro	-	-	-	118.407	(118.407)	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 08 de junho de 2017 (nota 18c)	102.571	-	-	(102.571)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017	1.688.282	-	89.089	118.407	-	1.895.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



BANCO GMAC S.A.
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

b) Os Títulos e Valores Mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") - Banco GMAC Financiamento a Concessionários, cujo saldo, em 30 de junho de 2017, era de R\$134.439 (R\$196.792 em 2016). No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$14.120 (R\$12.230 em 2016).

Table with 3 columns: Titulos e Valores Mobiliários, 2017, 2016. Rows: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (i), Total.

(i) Representado por aplicação em cotas do FIDC classificadas como mantidas até o vencimento, equivalente ao prazo de duração do Fundo previsto no seu regulamento.

O Fundo, administrado pela Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Crédito Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários iniciou suas operações em 26 de outubro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos. O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 5,75% a.a. para cotas mezanino e à taxa DI mais 3% a.a. para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que desconta-se a remuneração das outras classes de quotas.

Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

No quadro a seguir, estão demonstradas as relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

Table with 2 columns: % em relação ao patrimônio líquido (a), Cotas seniores, Cotas subordinadas.

a) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 30% do patrimônio líquido do Fundo.

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:

Table with 3 columns: Operações de Crédito, 2017, 2016. Rows: Financiamentos, Operações de arrendamento mercantil (nota 7b), Outros Créditos, Títulos e créditos a receber (i), Total.

(i) Refere-se integralmente a recebíveis comerciais de venda a prazo de veículos, adquiridos sem coobrigação.

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

Table with 4 columns: Operações de Arrendamento, 2017, 2016. Rows: Arrendamentos a receber, Rendas a apropriar, Valores residuais a apropriar, Valores residuais a balancear, Imobilizado de arrendamento (nota 11), Valor residual antecipado (nota 14), Valor presente dos contratos (nota 7a).

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

Table with 5 columns: Setor privado, 2017, 2016. Rows: Pessoa física, Outros serviços, Comércio, Indústria, Total.

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

Table with 5 columns: Parcelas vencidas, 2017, 2016. Rows: Até 60 dias, De 61 a 180 dias, De 181 a 360 dias.

Table with 5 columns: Parcelas a vencer, 2017, 2016. Rows: Até 180 dias, De 181 a 360 dias, Acima de 360 dias.

Total

e) Concentração do risco de crédito:

Table with 5 columns: 10 maiores devedores, 50 devedores seguintes, 100 devedores seguintes, Demais devedores, Total.

f) Composição da carteira por indexadores:

Table with 5 columns: Pré-fixado, Pós-fixado, Total, 2017, 2016.

g) Movimentação da provisão para operações de crédito e arrendamento mercantil:

Table with 4 columns: Saldo no início do semestre, Constituição/(Reversão) de provisões, Baixas, Saldo no fim do semestre.

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, cessão de recebíveis, e correspondente provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

Table with 5 columns: Nível de risco, Taxa de provisão %, 2017, 2016. Rows: AA, A, B, C, D, E, F, G, H, Total.

i) Durante o semestre foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R\$35.121 (R\$26.294 em 2016), contabilizado na linha Receitas de Intermediação Financeira das Demonstrações do Resultado. Em 30 de junho de 2017, existiam contratos renegociados no montante de R\$12.056 (R\$19.792 em 2016).

j) Cessão de crédito:

A partir de 1º de janeiro de 2012, o Banco, em atendimento aos requerimentos para classificação e registro contábil das operações de venda ou transferência de ativos financeiros, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/08, passou a classificar as cessões de crédito observando os critérios descritos na nota 3b.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, o Banco cedeu ao FIDC, com retenção substancial de riscos e benefícios, o montante de R\$1.263.305 (R\$1.276.912 em 2016), em operações de financiamento de veículos, tendo apropriado despesas no montante de R\$29.667 (R\$32.595 em 2016).

O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 30 de junho de 2017, com retenção substancial de riscos e benefícios, registrados na rubrica de "Operações de crédito", totalizam R\$371.280 (R\$417.010 em 2016), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 14) no montante de R\$366.688 (R\$409.490 em 2016). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa para estas cessões no montante de R\$3.420 (R\$4.938 em 2016) registrado na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R\$458.839 (R\$771.036 em 2016), tendo apropriado despesas no montante de R\$171.691 (R\$209.875 em 2016). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2021.

Do valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, a partir de 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de "Operações de crédito", em 30 de junho de 2017, consta o montante de R\$2.190.329 (R\$3.015.837 em 2016), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 14) no montante de R\$2.326.095 (R\$3.126.632 em 2016). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R\$13.031 (R\$17.531 em 2016) registrada na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

k) Composição da PCLD - Carteira Cedida:

Table with 4 columns: Nível de risco, Taxa de provisão %, Contratos cedidos, 2017, 2016. Rows: AA, A, B, C, D, E, F, G, H, Total.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Table with 3 columns: 2017, 2016. Rows: Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 13c), Depósitos judiciais (nota 16b) (i), Devedores diversos - país (ii), Impostos a recuperar (iii), Valores a receber de sociedades ligadas (nota 26e) (iv), Outros, Total.

(i) Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" (nota 15) e "Provisão para riscos e obrigações legais" (nota 16). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 22 e 23, respectivamente).

(ii) Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta-corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$60.648 (R\$32.741 em 2016). Refere-se também a valores de IPVA devidos pelos arrendatários, cobrados do Banco pelos Estados onde estes veículos estão registrados no montante de R\$1.009 (R\$1.029 em 2016) líquido de provisão para perda, que o Banco cobrará posteriormente dos respectivos arrendatários.

(iii) Refere-se substancialmente à antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$38.235 (R\$39.929 em 2016).

(iv) Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$33.627 (R\$28.309 em 2016). Adicionalmente, estão registrados a valores a receber de ligadas despesas com pessoal no valor de R\$36.376 (R\$14.296 em 2016).

9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. No semestre findo em 30 de junho de 2017, o saldo de Bens não de Uso totalizava R\$5.289 (R\$10.938 em 2016).

b) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas classificadas em "Outros valores e bens" referem-se às comissões de originação de operações de crédito pagas aos correspondentes no País. Destaca-se que as comissões originadas, a partir de 2015, estão em conformidade com a Resolução BACEN 4.294/14, que estabeleceu que as comissões pagas aos correspondentes em decorrência da originação de novas operações de crédito devem ser reconhecidas integralmente quando da originação da operação, bem como ficam limitadas aos percentuais máximos de 6% do valor da nova operação originada e 3% do valor da operação objeto de portabilidade, e em conformidade com a Circular BACEN nº 3.738/14, que estabelece os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País, facultando a aplicação escalonada da apropriação contábil, opção adotada pelo Banco. A apropriação das comissões é realizada mensalmente no resultado, em conformidade com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2017, o saldo de despesas antecipadas montava R\$59.130 (R\$114.811 em 2016), e foram apropriadas ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2017 despesas no montante de R\$82.852 (R\$79.743 em 2016), na rubrica "Outras Despesas Administrativas" (nota 21).



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

	2017		2016	
	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)
Causas possíveis				
Cíveis	1.362	22.230	1.513	16.850
Trabalhistas	35	17.589	31	20.610
Fiscais	269	54.500	261	48.615
Total	1.666	94.319	1.805	86.075

Causas possíveis

Cíveis	1.362	22.230	1.513	16.850
Trabalhistas	35	17.589	31	20.610
Fiscais	269	54.500	261	48.615
Total	1.666	94.319	1.805	86.075

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$245.226 (R\$375.264 em 2016), conforme nota 26e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações na rubrica de "Receitas com Operações de Crédito" no semestre findo em 30 de junho de 2017 foram reconhecidos resultados de R\$200.508 (R\$210.904 em 2016).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
O capital social no montante de R\$1.688.282 (R\$1.454.438 em 2016) está representado por 1.141.400.925 ações ordinárias (1.141.400.925 em 2016).

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 01 de agosto de 2016 e 15 de dezembro de 2016, a Administração deliberou e aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, os quais foram liquidados em 02 de agosto de 2016, 21 e 22 de dezembro de 2016, no montante de R\$102.000. Em 10 de agosto de 2017, a administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas no valor de R\$51.500, não sendo reconhecidos como passivos no final do período conforme estabelecido no CPC24.

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do semestre, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2017 é de R\$207.496 (R\$297.543 em 2016).

Em 29 de abril de 2016, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o aumento de capital através da integralização de reservas de lucros no montante de R\$ 131.273 que foi homologado pelo Banco Central em 12 de julho de 2016.

Em 28 de abril de 2017, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o aumento de capital através da integralização de reservas de lucros no montante de R\$ 102.571 que foi homologado pelo Banco Central em 08 de junho de 2017.

19. RECEITA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, foram reconhecidas, no resultado, receita de operações de crédito, conforme demonstrado:

	2017	2016
Receita com operação de atacado	204.019	277.406
Receita com operação de varejo	706.529	769.549
Total	910.548	1.046.955

20. DESPESAS DE PESSOAL

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, foram reconhecidas "Despesas com Pessoal", conforme demonstrado:

	2017	2016
Despesas com proventos	28.036	28.297
Despesas com encargos sociais	11.594	14.349
Despesas de benefícios	9.140	7.837
Outras	115	275
Total	48.885	50.758

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica "Outras despesas administrativas" apresentava a seguinte composição nos semestres:

	2017	2016
Comissões pagas às concessionárias (nota 9b)	82.852	79.743
Sistemas de processamento de dados	13.876	17.502
Serviços técnicos especializados	22.151	20.446
Propaganda e publicidade	3.882	4.780
Sistemas de comunicação	5.269	6.158
Serviços prestados de terceiros	10.423	11.002
Despesas com sistema financeiro	6.701	6.898
Despesas com seguros	476	975
Emolumentos pagos aos cartórios	11.849	9.995
Amortizações e depreciações	1.454	1.315
Outras	8.858	8.756
Total	167.791	167.570

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras receitas operacionais" apresentava a seguinte composição nos semestres:

	2017	2016
Atualização monetária de depósitos judiciais e Impostos a Compensar	29.826	41.980
Recuperação de despesas	2.807	6.462
Reversão de provisão fiscal (i)	7	5.056
Reversão de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	8.794	3.044
Resultado na venda de bens não de uso próprio	2.030	378
Outros	3.857	479
Total	47.321	57.399

(i) Para 2016, refere-se substancialmente à baixa do valor remanescente da reserva de um processo relacionado ao REFIS, com o reconhecimento de benefício no valor de R\$ 4.785 sobre saldos anistiados.

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras despesas operacionais" apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	25.707	35.288
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	12.304	15.100
Despesa com cobrança	11.475	10.835
Despesas com partes relacionadas (nota 26e)	-	9.619
Despesas com juros e multas	88	40
Outras	3.383	2.156
Total	52.957	73.038

24. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Refere-se à receita com Taxa de Confecção de Cadastro (TCC), no montante de R\$41.103 (R\$38.770 em 2016).

25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica "Despesas Tributárias" apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
COFINS	19.081	16.763
PIS	3.101	2.724
ISS	3.669	3.338
Outros	2.317	1.306
Total	28.168	24.131

26. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de Abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.

b) Benefícios de Curto Prazo

	2017	2016
Salários e Honorários da Diretoria Executiva Remuneração fixa	1.739	1.254
Remuneração variável	1.752	851
Outras	558	-
Total	4.049	2.105

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações - Operações de Crédito

Conforme previsto na Lei 4.595/64, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

e) Transação com partes relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos semestres, podem ser resumidos como segue:

	2017		2016	
	Ativo (passivo)	Receita (despesas)	Ativo (passivo)	Receita (despesas)
Partes relacionadas				
General Motors do Brasil Ltda.:				
Outros créditos (nota 8)	34.546	-	28.309	-
Rendas de prestação de serviços	-	7.974	-	7.974
Outras obrigações - Diversas (nota 14)	(13.968)	-	(15.596)	-
Resultado de exercícios futuros (nota 17)	(245.226)	200.508	(375.264)	210.904
GMAC Prest. de Serviços de Mão de obra Ltda.:				
Captações em depósitos a prazo	(30.668)	(400)	(5.832)	(347)
GM Administradora de Bens Ltda.:				
Outros créditos (nota 8)	39	-	17	-
Empresas controladas				
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.:				
Outros créditos (nota 8)	967	-	-	-
Captações em depósitos a prazo	(398.679)	(24.296)	(428.882)	(11.045)
Receita de prestação de serviços	-	5.766	-	5.128
GMACI - Corretora de Seguros Ltda.:				
Outros créditos (nota 8)	577	-	-	-
Captações em depósitos a prazo	(73.856)	(3.644)	(50.153)	(2.838)
Receita de prestação de serviços	-	3.442	-	3.061
Controladora				
General Motors Financial Inc.:				
Outros créditos (nota 8)	36.376	-	14.296	-
Outras despesas operacionais	-	-	(1.314)	(9.619)
Receita de prestação de serviços	-	3.351	-	3.132
General Motors Investment Participações Ltda.:				
Captações em depósitos a prazo	(1.197)	(92)	(1.123)	(117)

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/anistia Lei nº 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09. O Banco possui em 30 de junho de 2017, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R\$248.412 (R\$236.563 em 2016), sendo R\$58.018 (R\$58.018 em 2016) de principal, R\$523 (R\$523 em 2016) de multas e R\$189.871 (R\$178.022 em 2016) de juros. Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento dos processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a consequente destinação dos depósitos pelos juizes responsáveis.

28. ÍNDICE DE BASILEIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2017 foi de 17,93%.

Título/Risco ponderado	Ativos	Risco ponderado	Índice de referência
Risco reduzido - 20%	11.159	2.232	206
Risco reduzido - 75%	6.637.216	4.977.912	460.457
Risco reduzido - 100%	2.444.251	2.444.251	226.093
Risco reduzido - 250%	170.690	426.725	39.472
Risco reduzido - 300%	37.916	113.747	10.522
Subtotal 1	9.301.232	7.964.867	736.750
Parcela para cobertura de Risco Operacional	1.515.147	1.515.147	140.151
Parcela para cobertura de exposição de Risco Cambial	66	66	6
Subtotal 2	1.515.213	1.515.213	140.157
Total	10.816.445	9.480.080	876.907
Patrimônio de referência			1.699.441
Índice de Basileia			17,93%

A Diretoria

Contador

Alexandre Passos Alves - CRC 1SP-297700/O-2

continua



Relatório do Comitê de Auditoria

I. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado GMAC, composto pelo Banco GMAC S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda., neste documento denominado, simplesmente, Grupo GMAC, foi instalado no dia 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GMAC S.A., e atua como único para o Consolidado Econômico-Financeiro do Grupo GMAC. Na reunião realizada em 23 de agosto de 2017 foram aprovadas as matérias objeto do Relatório do Comitê de Auditoria e o seu respectivo Resumo, estando a íntegra do Relatório à disposição do Banco Central do Brasil na sede da Instituição.

II. ATIVIDADES DO COMITÊ

O Comitê reuniu-se com o propósito de analisar as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2017, previamente recebidas, assim como examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base, este Resumo e demais atividades pertinentes a este fórum.

Com relação às atividades e informações do primeiro semestre de 2017, o Comitê destaca os seguintes temas:

a) Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis

O Comitê revisou e aprovou, sem ressalvas, as Demonstrações Financeiras do Banco GMAC e GMAC Administradora de Consórcios, referentes à data-base - 30 de junho de 2017, que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Concluiu que os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias e áreas de riscos e de controles internos são eficazes e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras do Grupo GMAC, recomendando sua aprovação pelo corpo diretivo, para a data-base de 30 de junho de 2017.

b) Avaliação da efetividade do Sistema de Controles Internos

O Comitê ressaltou que reconhece o esforço de melhoria contínua proposto pela Administração e a aplicação das melhores práticas de mercado no que tange à Governança Corporativa, bem como, com relação às melhorias dos Controles Internos e ao comprometimento com a transparência.

O Comitê recebeu informações acerca das atividades desenvolvidas pela área de controles internos, regulamentadas na forma da Instrução CVM 505. O Comitê realizou a análise do conteúdo do relatório datado de 31 de julho de 2017 e o aprovou sem ressalvas.

c) Validação da efetividade das Auditorias Independente e Interna

O Comitê considera que as Auditorias Independente e Interna vêm desenvolvendo seu trabalho de maneira satisfatória, adequado à complexidade e porte da instituição.

O Comitê mantém com os Auditores Independentes um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

O Comitê acompanha o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio de reuniões periódicas, com as apresentações das respectivas recomendações e aprovou o plano de auditoria proposto relativo ao exercício de 2017.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados apresentados ao Comitê nas sessões de trabalho não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização de maneira significativa.

d) Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos

As recomendações em aberto dos Auditores Independentes e Internos, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores, foram apresentadas e discutidas pelos membros, que avaliaram os cronogramas propostos e os cumprimentos das recomendações como satisfatórios.

e) Avaliação dos estudos técnicos para realização de créditos tributários

O Comitê examinou os estudos para realização de créditos tributários do Banco GMAC e GMAC Administradora de Consórcios, conforme item II, parágrafo 2º, do artigo 1º da Circular nº 3.776/15.

III. CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras e contábeis do Grupo GMAC, para a data-base de 30 de junho de 2017.

São Paulo, 23 de agosto de 2017
O Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Administração e Acionistas do

Banco GMAC S.A.

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GMAC S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GMAC S.A., em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações de arrendamento mercantil, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luiz Carlos Oselihero Filho

Contador

CRC nº 1 SP 234751/O-6



**CELEBRAÇÃO DOS
50 ANOS DESSA LENDA**

